

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

### **1ª ATA DE ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO EDITAL SPI Nº 01/2024**

**Objeto - Alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo, correspondentes a ações representativas do capital social da Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE**

Pelo presente, a Comissão Especial de Contratação, constituída pela Resolução SPI nº 19 de 15 de março de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 18 de março de 2024, leva ao conhecimento público a respostas aos Pedidos de Esclarecimentos sobre o Edital, recebidos até 27 de março de 2024, nos termos do disposto no item 1.6 do referido instrumento convocatório.

As formulações apresentadas, bem como as respostas e esclarecimentos que se seguem, passam a integrar o processo licitatório em referência, sendo de observância obrigatória pelos licitantes.

Por fim, todos os Pedidos de Esclarecimentos foram organizados por ordem cronológica:

<b>Questão 1</b>
<p>No Anexo XII do Edital SPI nº 01/2024 há a informação de que houve audiência pública no dia 22 de dezembro de 2023, com seu anúncio tendo ocorrido no dia 12 de dezembro de 2023.</p> <p>Questiona-se:</p> <p>a. Por quais meios houve a publicação do edital para convocação da audiência pública?</p> <p>b. Houve envio de comunicado específico aos gestores dos Municípios em que há unidades do EMAE?</p> <p>c. Caso positiva a resposta a ambos, solicitamos a comprovação dos atos.</p>
<b>Resposta</b>
<p>O aviso de Audiência Pública foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo – Seção i, p. 74, na terça-feira, dia 12 de dezembro de 2023 e, na mesma data, no sítio eletrônico da Secretaria de Parcerias em Investimentos, observando estritamente o exigido pela legislação quanto à publicidade dos atos preparatórios da licitação.</p> <p>Destaca-se que a EMAE publicou um Comunicado ao Mercado sobre a abertura da Audiência Pública, que pode ser consultado no seguinte endereço:</p>

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

<https://ri.emae.com.br/Download.aspx?Arquivo=raOXNMVqQKXS9gYptu+hUg==&IdCanal=/bIH1pzwWJNX6MqBb+swvQ==>.

O anúncio da realização de Audiência Pública foi previamente noticiado pela mídia. Destacam-se as seguintes matérias:

<https://www.canalenergia.com.br/noticias/53265729/desestatizacao-da-ema-e-sera-tema-de-audiencia-publica-dia-22>;

<https://megawhat.energy/noticias/empresas/152048/governo-de-sp-marca-audiencia-publica-para-privatizacao-da-ema-e>

<https://brasilenergia.com.br/energia/governo-de-sp-realizara-audiencia-sobre-desestatizacao-da-ema-e/>.

Após a realização da Audiência Pública, ainda houve repercussão na mídia, como se vê das seguintes reportagens:

<https://istoe.com.br/governo-de-sao-paulo-avanca-no-processo-de-privatizacao-da-ema-e/>;

<https://exame.com/brasil/governo-de-sao-paulo-avanca-no-processo-de-privatizacao-da-ema-e/>

<https://www.estadao.com.br/economia/governo-de-sao-paulo-avanca-no-processo-de-privatizacao-da-ema-e/>

### Questão 2

Em relação a audiência pública, questionamos:

- Em que formato ela foi realizada?
- Houve transmissão pela internet?
- Qual link?
- Em que locais houve a divulgação do link?
- Caso tenha sido exclusivamente on-line, foi franqueada a possibilidade de interação com os participantes?
- Em caso de interação dos participantes, quais as perguntas feitas e as respostas dadas?
- Quantas pessoas presenciaram a audiência em tempo integral?
- Houve a participação de representante de algum dos Municípios em que a EMAE atua?

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

i. Se a resposta ao item anterior for positiva, indicar quais Municípios e quais foram os membros?

### Resposta

A audiência pública foi realizada por videoconferência, com transmissão ao vivo pelo Youtube, com prévia divulgação do link no site da Secretaria de Parcerias em Investimentos, conforme previsto no regulamento da Audiência e no Aviso publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Executivo – Seção i, p. 74, na terça-feira, dia 12 de dezembro de 2023.

Durante a audiência foi franqueada a possibilidade de interação com os participantes, o que efetivamente ocorreu. As perguntas e respostas dadas podem ser visualizadas na gravação do vídeo ([https://www.youtube.com/watch?v=6\\_cPx4YrAQk&t=906s](https://www.youtube.com/watch?v=6_cPx4YrAQk&t=906s) ) ou no Relatório da Audiência Pública, publicado no site <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/emaef/>

Atualmente o vídeo da audiência conta com mais de 1500 (mil e quinhentas) visualizações.

Não foram solicitadas informações relativas ao vínculo empregatício dos participantes da Audiência Pública, portanto, não é possível determinar se algum deles atua como representante de órgãos ou entidades do governo.

### Questão 3

Em relação ao pós audiência:

- Em relação as contribuições dadas na audiência, quais foram acatadas e inseridas no edital?
- Quais não foram acatadas e por qual motivo?
- Foi disponibilizada ata da audiência?
- Se sim, onde ela foi publicada?

### Resposta

O Relatório, contendo todas as contribuições colhidas durante a Audiência Pública, foi publicado no site <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/emaef/>

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

### Questão 4

Em relação ao passivo do EMAE:

- a. Houve a disponibilização de forma clara e acessível aos possíveis interessados na aquisição das ações das informações a respeito dos processos judiciais que envolvem áreas invadidas dentro da cota 747?
- b. Houve a disponibilização de informação de que o EMAE é réu na Ação Civil Pública nº 1026196-49.2020.8.26.0564 movida pelo Município de São Bernardo do Campo, em razão da omissão nos cuidados das áreas sob sua gestão, havendo inclusive liminar í parcial a favor do Município?
- c. Houve a disponibilização de informação de que o EMAE move as ações nº 0018657.45.2003.8.26.0564 e nº 1018819-95.2018.8.26.0564 contra os ocupantes de algumas áreas invadidas, não tendo até o momento logrado êxito em remover as ocupações?
- d. Há informações de que em relação às invasões apontadas há cerca de 2000 (duas mil) famílias vivendo em áreas invadidas do EMAE, podendo o passivo das desocupações e realocações recair sobre o futuro controlador, em razão da omissão da EMAE nos cuidados do seu patrimônio?
- e. Há informações de que caso seja imputado ao EMAE a responsabilidade pelas realocações (em novas moradias) e desocupações podem estar diante de um custo estimado de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) reais por família, ou cerca de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões) de reais?

### Resposta

A alienação das ações pelo Estado de São Paulo não altera os direitos e obrigações existentes da Companhia. A EMAE, e seu novo Controlador, deverá respeitar a toda a legislação e regulação aplicável.

Destacamos, ainda, que todas as obrigações existentes, ativos e passivos, continuam sob responsabilidade da Companhia, devendo ser observadas pelo novo controlador, conforme disposto na Cláusula Terceira do Anexo I do Edital – Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Em relação aos pontos específicos identificados, cabe aos licitantes a avaliação da matéria. De acordo com o disposto no Manual de Diligências, os potenciais interessados na licitação poderão solicitar informações, realizar visitas técnicas e realizar reuniões técnicas de esclarecimento com a Companhia sobre as informações recebidas.

## GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

### Questão 5

Em relação à Balsa:

- a. Por envolver o direito de ir e vir de cidadãos e agentes públicos do Município de São Bernardo do Campo, solicitamos esclarecimentos de como restará a situação acerca das operações das balsas na represa Billings?
- b. Há informações claras aos interessados de que o EMAE possui a obrigação legal de manter os serviços gratuitos de Balsa enquanto for detentor do direito à exploração da represa Billings?
- c. Caso o serviço eventualmente seja assumido pelo Estado de São Paulo, qual órgão da administração estadual ficará incumbido de gerenciar tal serviço?

### Resposta

Conforme disposto na cláusula 4.1 alínea (n) do Anexo I do Edital – Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, o novo controlador deverá observar a manutenção dos serviços de forma gratuita, nas condições indicadas.

Além disso, é previsto que, em caso de transferência do serviço ao Estado de São Paulo, a EMAE deverá elaborar um plano de transição dos serviços ao Estado ou ao futuro operador, de forma a garantir que a transferência não trará impactos à continuidade da operação.

### Questão 6

Regime de utilização dos recursos hídricos do complexo de represas da Billings:

- a. Considerando que a alienação das ações está se dando principalmente pelo potencial de produção de energia elétrica das instalações hoje concedidas ao EMAE, questionamos se há informações claras aos interessados de que as águas da Represa Billings são também utilizadas para abastecimento da quase totalidade da população do ABC e de boa parte da população da região metropolitana de São Paulo, sendo inclusive seus recursos eventualmente usado para acudir outros sistemas de abastecimento?
- b. Haverá manutenção dos níveis atuais e históricos de utilização dos recursos hídricos para produção de energia ou haverá aumento do uso?

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Secretaria de Parcerias em Investimentos

**EDITAL SPI nº 01/2024**

c. Caso haja previsão de aumento do uso dos recursos hídricos para produção de energia elétrica, foram feitos estudos para garantir que não haverá o esvaziamento do reservatório e o comprometimento do fornecimento de água?

d. Caso positiva a resposta ao item anterior, solicitamos a apresentação dos estudos?

e. Quais serão os instrumentos impostos ao novo controlador para que seja garantida a manutenção dos níveis dos reservatórios em patamar suficiente à não comprometer o abastecimento da população que hoje depende dele?

f. Em caso de previsão de redução do nível dos reservatórios, quais instrumentos foram previstos no contrato para que o novo controlador se obrigue a manter a vigilância e o controle de ocupação dos novos que espaços passarão a ser “terra firme” dentro da cota 747, considerando que mesmo na atual sistemática já há falhas gritantes em tal controle?

**Resposta**

A alienação das ações pelo Estado de São Paulo não altera os direitos e obrigações existentes da Companhia. A EMAE, e seu novo Controlador, deverá respeitar a toda a legislação e regulação referente à operação dos recursos hídricos. Destacamos que a utilização dos recursos hídricos para o fim mencionado, abastecimento público, não se altera e continuará regulada pelo Estado de São Paulo, por meio do DAEE.

Destacamos, também, que todas as obrigações existentes, ativos e passivos continuam sob responsabilidade da Companhia, devendo ser observadas pelo novo controlador, conforme disposto na Cláusula Terceira e na Cláusula Quarta do Anexo I do Edital – Minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

**COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO**